

TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

Proc. n.º 74/25 - “Concurso de Conceção para criação do Parque Fluvial 365 e para requalificação dos edifícios contíguos, anexo e da envolvente da Estação de Caminho de Ferro de Oliveira de Azeméis”

ÍNDICE

ARTIGO 1.º (OBJETO E MODALIDADE DO CONCURSO)	2
ARTIGO 2.º (ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR)	2
ARTIGO 3.º (PROCESSO DO CONCURSO)	3
ARTIGO 4.º (DISPONIBILIZAÇÃO DO PROCESSO DO CONCURSO)	4
ARTIGO 5.º (VISITAS AO LOCAL)	4
ARTIGO 6.º (ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES)	4
ARTIGO 7.º (JÚRI DO PROCEDIMENTO)	5
ARTIGO 8.º (CONCORRENTES)	6
ARTIGO 9.º (EQUIPA DE PROJETO)	7
ARTIGO 10.º (IMPEDIMENTOS)	8
ARTIGO 11.º (DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E QUE MATERIALIZAM OS TRABALHOS DE CONCEÇÃO)	8
ARTIGO 12.º (DOCUMENTOS PARA EFEITOS DE DIVULGAÇÃO/EXPOSIÇÃO)	11
ARTIGO 13.º (MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS)	11
ARTIGO 14.º (LOCAL E DATA LIMITE PARA A APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS)	12
ARTIGO 15.º (IDIOMA)	14
ARTIGO 16.º (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO)	14
ARTIGO 17.º (APRECIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCEÇÃO)	17
ARTIGO 18.º (PRÉMIOS)	18
ARTIGO 19.º (DECISÃO DE SELEÇÃO)	18
ARTIGO 20.º (HABILITAÇÕES)	19
ARTIGO 21.º (DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS)	20
ARTIGO 22.º (DIREITOS DE AUTOR)	21
ARTIGO 23.º (INDEMNIZAÇÕES)	21



TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

ARTIGO 1.º (OBJETO E MODALIDADE DO CONCURSO)

1. O presente concurso tem por objeto a **seleção de 1 (um) trabalho de conceção**, por lote, para a elaboração de projeto para a criação do Parque Fluvial 365, localizado junto à Rua Padre António José Rodrigues do Carmo, Lugar do Pedregulhal - Selores, na freguesia de Ossela (LOTE 1) e para requalificação dos edifícios contíguos, anexo e da envolvente da Estação de Caminho de Ferro de Oliveira de Azeméis, localizados na Rua Bombeiros Voluntários, Oliveira de Azeméis (LOTE 2), conforme polígonos de delimitação representados no Programa Preliminar ^(Anexo I), encontrando-se classificado no Regulamento n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de Dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008, com o seguinte código CPV: 71240000-2.
2. O presente concurso de conceção reveste a modalidade de concurso público, e segue o disposto nos artigos 219º-A a 219º-I, do Código dos Contratos Públicos (CCP).
3. Os trabalhos de conceção objeto do presente concurso devem observar os requisitos e objetivos constantes do Programa Preliminar ^(Anexo I), anexo aos presentes termos de referência.
4. O Município de Oliveira de Azeméis tem intenção de adquirir, por ajuste(s) direto(s), ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27º do CCP, o projeto de execução, de cada um dos lotes, que consiste no desenvolvimento do trabalho de conceção classificado em primeiro lugar, mediante a aplicação dos critérios de seleção previstos.
5. O presente concurso decorre sob anonimato.

ARTIGO 2.º (ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR)

1. A entidade que promove o concurso é o Município de Oliveira de Azeméis, por intermédio do Gabinete de Contratação Pública, sito na Rua António Alegria, n.º 184, 3720-234 Oliveira de Azeméis, e-mail: contratacao@cm-oaz.pt.





TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Concessão na modalidade de Concurso Público

2. O horário do expediente do Gabinete de Contratação Pública é o seguinte: das 9h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m.

3. A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis ao abrigo da competência própria, conforme disposição constante da alínea a), do número 1, do artigo 18º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e nos termos estabelecido no artigo 36º do Código de Contratos Públicos (CCP).

ARTIGO 3º (PROCESSO DO CONCURSO)

O processo de concurso é constituído pelos presentes termos de referência e respetivos anexos, que integram os elementos escritos e gráficos necessários ao suporte do estudo e desenvolvimento do objeto do concurso, e demais documentos, de acordo com a lista a seguir apresentada:

a) Anúncio

b) Termos de Referência:

- i. Anexo I: Programa Preliminar, por lote
- ii. Anexo II: Planta de localização/enquadramento Escala 1/2000 extraída da cartografia
- iii. Anexo III: Levantamento fotográfico de cada um dos lotes
- iv. Anexo IV: Boletim de Identificação
- v. Anexo V: Declaração modelo Anexo II, a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP

c) Caderno de Encargos relativo ao procedimento de Ajuste Direto

- i. Anexo 1: regras de apresentação do mapa de medição (a título de exemplo)
- ii. Anexo 2: regras de apresentação do mapa de medição
- iii. Anexo 3: Boletim de identificação (autores dos projetos)





TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

ARTIGO 4º (DISPONIBILIZAÇÃO DO PROCESSO DO CONCURSO)

1. O processo completo do presente concurso está disponível, gratuitamente, na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante com o seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt
2. Qualquer interessado que proceda ao download do processo de concurso, independentemente da apresentação, ou não, de proposta a concurso, não poderá utilizar os elementos integrantes do mesmo para fins diversos aos estipulados nos presentes Termos de Referência, e consequente Caderno de Encargos, observando, assim, os direitos que se encontram protegidos.
3. De acordo com a legislação portuguesa que rege os direitos de propriedade intelectual, a reprodução, modificação e publicação, integral ou parcial, de todo ou parte dos elementos acima referidos são estritamente proibidas, quando não autorizadas previamente.
4. A Entidade Adjudicante declina qualquer responsabilidade sobre eventuais elementos disponibilizados através de meios não oficiais.
5. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, serão efetuadas através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, referida no n.º 1, sob total anonimato.

ARTIGO 5º (VISITAS AO LOCAL)

1. Até à data limite para a apresentação dos trabalhos de conceção, os interessados poderão visitar os locais, podendo realizar, e sempre às suas expensas, os reconhecimentos e exames que entenderem indispensáveis à correta elaboração dos seus trabalhos de conceção.
2. As visitas aos locais ocorrerão livremente, dado tratar-se de uma área pública, de livre acesso. No caso do armazém constante do lote 2, deverão, dentro do 1º terço do prazo fixado para a apresentação de trabalhos, solicitar, sob total anonimato, a visita às instalações.

ARTIGO 6º (ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES)

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação dos trabalhos de conceção, os interessados podem, exclusivamente através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no





TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

2. Os pedidos de esclarecimento, deverão, à semelhança dos trabalhos de conceção, garantir que através dos mesmos não são disponibilizados elementos que permitam, de qualquer modo, identificar o interessado, observando o princípio do anonimato subjacente ao concurso.
3. Os esclarecimentos serão prestados pelo Júri do Concurso, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação dos trabalhos de conceção.
4. Os esclarecimentos serão disponibilizados na plataforma eletrónica (www.acingov.pt).
5. Os esclarecimentos prestados pelo Júri fazem parte integrante dos presentes Termos de Referência e prevalecem sobre estes em caso de eventual divergência.

ARTIGO 7º (JÚRI DO PROCEDIMENTO)

1. O presente concurso é conduzido pelo Júri, composto por três membros efetivos, um dos quais presidirá, e por dois membros suplentes, sendo a identidade dos mesmos a seguinte:

- ✓ Presidente – Arquitecto no Gabinete de Empreitadas, HUMBERTO BRANDÃO GRAÇA
- ✓ 1º Vogal – Arquiteta no Gabinete de Empreitadas, ANA PEDRO SOARES COSTA FIGUEIREDO
- ✓ 2ª Vogal – Técnica Superior de Gestão, no Gabinete de Contratação Pública, ELSA SUSANA COSTA FÉLIX
- ✓ Suplente – Arquitecto no Gabinete de Empreitadas, RUI MANUEL CARINHA RODRIGUES
- ✓ Suplente – Engenheira Civil, no Gabinete de Empreitadas, SUSANA CRISTINA BRÁS AGUIAR

2. O Júri inicia funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação e só pode funcionar na presença de 3 (três) elementos, que corresponde ao número de membros efetivos.

3. Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento, cuja competência não seja cometida imperativamente à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa





Câmara Municipal

TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

4. A entidade adjudicante, por sua iniciativa ou por solicitação do Júri, pode designar peritos ou consultores para apoiarem o Júri no exercício das suas funções, podendo aqueles participar nas reuniões do Júri, sem direito de voto.

5. As deliberações do Júri relativas à ordenação ou exclusão dos trabalhos de conceção apresentados, designadamente por inobservância do previsto no Programa Preliminar ^(Anexo I), têm carácter vinculativo para a entidade adjudicante não podendo, em qualquer caso, serem alteradas depois de conhecida a identidade dos concorrentes.

6. Até à divulgação do Relatório Final, os membros do Júri, secretário, peritos e consultores devem manter absoluta confidencialidade sobre qualquer informação obtida no exercício das suas funções.

ARTIGO 8º (CONCORRENTES)

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 10º, podem apresentar trabalhos de conceção, enquanto concorrentes, arquitetos, empresas de projeto, bem como agrupamentos das referidas entidades, com a qualificação profissional ou com objeto societário compatível com a elaboração e subscrição de projetos de execução para a realização de empreitadas de obras públicas, nos termos previstos na Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, com a redação atual.

2. Todos os concorrentes devem ser, ou integrar na sua equipa de projeto, titulares de habilitações e autorizações profissionais específicas para a prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar na sequência do ajuste direto, nos termos do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, na sua redação atual.

3. Os concorrentes de outras nacionalidades poderão concorrer em igualdade de circunstâncias com os concorrentes de nacionalidade portuguesa, desde que garantam qualificações profissionais equivalentes às exigíveis em Portugal para o desempenho da respetiva profissão.





TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

4. Para efeitos do número anterior, os concorrentes deverão garantir a inscrição em associação profissional congénere, assim como a posse de habilitações académicas equivalentes, de acordo com o constante na Lei n.º 26/2017, de 30 de maio.
5. Cada concorrente identificará um coordenador de projeto que, em caso de adjudicação do contrato, na sequência do procedimento de consulta por ajuste direto, assumirá a função de coordenador de projeto, nos termos previstos no artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, o qual passará a ser, para todos os efeitos inerentes ao concurso, o responsável do concorrente perante a entidade adjudicante.
6. Não é exigido que as entidades que constituem o concorrente, se forem mais do que uma, se associem juridicamente para efeitos de formulação da sua proposta. Todavia, as entidades obrigam-se-ão, de forma solidária, a apresentarem proposta para a realização dos serviços, caso lhes venha a ser endereçado convite para este efeito.
7. Todas as entidades que apresentem propostas conjuntamente, constituindo-se como concorrentes, respondem solidariamente, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta e pelo cumprimento de todas as obrigações daí decorrentes.
8. Os concorrentes que apresentem proposta a título individual não podem subscrever mais do que um trabalho de conceção, nem integrar agrupamentos de concorrentes.
9. Os membros de um agrupamento de concorrentes não podem ser simultaneamente concorrentes a título individual, nem integrar outros agrupamentos de concorrentes.
10. A identificação dos membros do agrupamento concorrente deve constar do anexo IV aos presentes termos de referência.

ARTIGO 9º (EQUIPA DE PROJETO)

1. Cada concorrente deve formar uma equipa de projeto multidisciplinar que deve integrar, para além do arquiteto coordenador, todos os técnicos considerados indispensáveis para o desenvolvimento do projeto.
2. A coordenação do projeto deverá ser assumida pelo arquiteto, autor do projeto vencedor.





TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

3. Para efeitos de resposta ao presente concurso e subsequentes estudos a desenvolver na sequência do cumprimento do contrato de prestação de serviços a celebrar em sede de ajuste direto com a entidade adjudicante, a equipa de projeto a constituir pelo concorrente ou agrupamento de concorrentes, deve integrar, no mínimo, os técnicos com habilitação profissional específica e responsáveis pelos projetos, planos, estudos e funções que vierem a resultar da tipologia de intervenção decorrente da solução premiada e que vier a ser adjudicada, cumprindo designadamente o disposto na Portaria n.º 255/2023 de 07 de agosto e demais legislação aplicável.

ARTIGO 10º (IMPEDIMENTOS)

1. Não podem ser concorrentes as entidades singulares ou coletivas que se encontrem em qualquer situação de impedimento legal, de acordo com o disposto na lei em vigor.
2. Estão ainda impedidos de concorrer, ou de colaborar a qualquer título com um concorrente, os membros do Júri, colaboradores, peritos e consultores do mesmo, funcionários da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, assessores e colaboradores, e outras entidades singulares ou coletivas que, por quaisquer circunstâncias, tenham tido acesso a informação privilegiada relativa ao presente procedimento ou tenham prestado, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

ARTIGO 11º (DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E QUE MATERIALIZAM OS TRABALHOS DE CONCEÇÃO)

1. Pasta digital «DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO» ^{classificada}.
- 1.1. Os concorrentes devem apresentar, por lote, um boletim de identificação, nos termos do Anexo IV aos presentes termos de referência, que contenha a respetiva identificação e contactos, bem como a identificação da equipa de projeto referida no artigo 9º e de eventuais colaboradores, identificando o coordenador de projeto e discriminando as habilitações profissionais de cada um dos membros.
2. Pasta digital «TRABALHO»:



TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

2.1. Dossier de Apresentação - Os concorrentes devem apresentar, por lote, em dossier de formato A4, organizado de forma numerada, as seguintes peças escritas:

a) Memória descritiva e justificativa (máximo de 10 páginas em formato A4), que descreva e justifique as opções de projeto, contendo todos os esquemas gráficos necessários para a sua compreensão, informação sobre os aspetos constantes dos créditos de seleção (artigo 16º), nomeadamente e entre outros, aqueles que os concorrentes considerem relevantes:

- i. Critérios gerais da conceção do projeto, enquanto solução original e inovadora, e na sua relação com espaço envolvente;
- ii. Princípios gerais da ocupação, organização e reinterpretação do espaço de intervenção;
- iii. Princípios gerais de conceção da solução proposta para o edificado;
- iv. Definição dos critérios gerais de dimensionamento das diferentes partes constitutivas das instalações;
- v. Adequação da solução proposta aos diversos condicionamentos existentes ou previsíveis;
- vi. Explicitação da racionalidade das soluções construtivas, face às exigências funcionais de segurança, utilização e durabilidade;
- vii. Circulações interiores de utentes e de pessoal, e distribuição espacial dos diversos serviços;
- viii. Referência à estratégia relativa ao comportamento e eficiência energética, adaptação climática, e sustentabilidade;
- ix. Descrição sumária das soluções preconizadas pelas especialidades intervenientes na elaboração da proposta;
- x. Soluções técnicas e construtivas.

b) Quadro resumo de áreas para cada uma das unidades conceptuais usando como base o previsto e definido no Programa Preliminar (Anexo I);

c) Estimativa fundamentada do custo total da obra;



TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

d) Calendarização estimada para a realização da obra.

2.2. Painéis - Os painéis deverão ser entregues, por lote, em dois formatos: suporte digital e físico.

2.2.1. Suporte digital, com os seguintes elementos:

- a) Ficheiros de cada painel apresentado, em formato PDF ou JPEG, com 300dpi de resolução;
- b) Ficheiro único com o caderno A4 em formato PDF;
- c) Ficheiros autónomos com as várias peças escritas, peças gráficas e/ou desenhadas que integram os painéis e a memória descritiva, em formato JPEG ou PDF (com uma resolução mínima de 300 dpi).

2.2.2. Suporte físico: A solução proposta deve ser concretizada em peças gráficas, apresentadas sobre 4 painéis em formato DIN A1 com orientação opcional (ao alto ou ao baixo), utilizados numa só face, em material leve (cartolina, madeira, cartão maqueta, PVC, K-Line etc.) com uma espessura máxima de seis milímetros. Nos painéis devem constar, para além das legendas próprias dos elementos gráficos e desenhados, única e exclusivamente a identificação do presente concurso, e, no canto superior direito de cada painel, a numeração 1-4, 2-4, 3-4 e 4-4. As peças gráficas/desenhadas a elaborar deverão conter, no mínimo, a apresentação dos seguintes elementos:

- a) Primeiro painel: desenhos de implantação, representando toda a área de intervenção, e demais aspetos previstos no Programa Preliminar ^(Anexo I).
- b) Segundo e terceiro painéis: plantas, cortes, alçados e perfis, com a definição da forma, da organização de espaços e volume, e da composição dos edifícios e relação com o exterior, evidenciando a estrutura proposta.
- c) Quarto painel: elementos tidos por relevantes, tais como imagens do novo edificado, e dos elementos do edificado ainda existente, quer dos seus espaços interiores e de aspetos exteriores, adotando os pontos de vista considerados mais favoráveis à representação, em três dimensões, das ideias que se desejem salientar; a representação pode ser originada a partir de modelos tridimensionais de modelos informáticos ou de qualquer outro tipo de registo, incluindo fotografias de maquetas.





TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

2.2.3. Além das peças gráficas previstas no número anterior, os concorrentes podem inserir nos painéis, ao seu critério, elementos tidos por relevantes, tais como organogramas, ou outras formas esquemáticas, que permitam avaliar os níveis de compatibilidade da interdependência dos espaços funcionais previstos para comportarem as atividades dos utentes; ou quaisquer elementos que descrevam ou justifiquem a conceção da solução proposta face às condições estabelecidas no Programa Preliminar ^(Anexo I) constante dos presentes Termos de Referência.

2.3. Não é permitida aos concorrentes a apresentação de maquetas da solução proposta.

2.4. Os documentos que materializam os trabalhos de conceção devem, obrigatoriamente, ser redigidos em língua portuguesa.

2.5. Todos os elementos apresentados deverão assegurar o absoluto anonimato dos concorrentes.

ARTIGO 12º (DOCUMENTOS PARA EFEITOS DE DIVULGAÇÃO/EXPOSIÇÃO)

1. Os documentos referidos no n.º 2 do artigo 11.º poderão ser utilizados para efeitos de exposição e divulgação a promover pela entidade adjudicante.

2. Todos os trabalhos apresentados no âmbito do concurso poderão ser coligidos, expostos, divulgados e publicados, com menção do respetivo autor, pela entidade adjudicante, ou por quem esta indicar.

ARTIGO 13º (MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS)

1. Os trabalhos de conceção devem ser referenciados e acondicionados em conformidade com o exposto nos números seguintes.

2. Os documentos referidos no artigo 11.º (excetuando os elementos em suporte físico indicados no ponto 2.2.2) devem ser referenciados e acondicionados em pasta digital compactada e inserida na plataforma de compras públicas em uso pela entidade adjudicante www.acingov.pt.

3. A pasta digital referente aos documentos constantes do n.º 1 (documentos de identificação), artigo 11.º deverá ser considerada **classificada** (confidencial) aquando da submissão, para que apenas fique disponível eletronicamente após a disponibilização, por parte do Júri, do Relatório Final com a fundamentação da avaliação e ordenação de todos os trabalhos de conceção.





Câmara Municipal

TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

4. A pasta digital referente aos documentos constantes do n.º 2 (trabalho), artigo 11.º é disponibilizada para análise e avaliação do Júri, após o termo do prazo fixado para apresentação dos trabalhos de conceção.

5. Os elementos referidos no ponto 2.2.2 (Painéis em suporte físico) do artigo 11.º, devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra «PAINÉIS» e a «Referência do respetivo trabalho de conceção submetido na plataforma eletrónica acingov».

O referido invólucro deve por sua vez ser encerrado num outro, igualmente opaco e fechado, que se denomina «INVÓLUCRO EXTERIOR», no qual se deve indicar apenas a designação do presente concurso e da entidade adjudicante, ao cuidado do Júri do “*Concurso de Conceção para a criação do Parque Fluvial 365 e para requalificação dos edifícios contíguos, anexo e da envolvente da Estação de Caminho de Ferro de Oliveira de Azeméis – Lote “(identificar o lote a que respeita)”*”.

6. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, bem como os invólucros referidos no número anterior, devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos concorrentes, não podendo conter qualquer elemento (nome, símbolos, códigos, etc.) que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores.

7. Os trabalhos de conceção apresentados a concurso não podem, no seu todo ou em parte, ser divulgados por qualquer meio, antes de conhecido e tornado público o relatório final do Júri, onde conste a avaliação e ordenação dos trabalhos de conceção.

ARTIGO 14º (LOCAL E DATA LIMITE PARA A APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS)

1. Os trabalhos de conceção e os documentos que os instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: www.acingov.pt, **até às 17:00 horas do 30.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).

2. A receção do(s) trabalho(s) de conceção é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao(s) concorrente(s) um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, em respeito pelo princípio do anonimato.





TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

3. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação dos trabalhos de conceção coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.

4. A transferência do termo do prazo definido no n.º 1, por força do estabelecido no n.º 3, não determinará qualquer alteração aos restantes prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação dos trabalhos de conceção, nomeadamente o prazo para esclarecimentos e retificação de peças de procedimento e os relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos.

5. Relativamente aos elementos referidos no ponto 2.2.2 ^(Painéis em suporte físico) do artigo 11.º, devem ser entregues, dentro do mesmo prazo fixado no n.º 1, por via de uma das seguintes opções:

- a) diretamente no Gabinete de Contratação Pública, sito na Rua António Alegria, n.º 284, 3720-234 Oliveira de Azeméis, contraentrega de recibo, que mencionará unicamente a designação do presente concurso e da Entidade Adjudicante, a data e a hora, em respeito pelo princípio do anonimato.
- b) ou por correio registado (não devendo indicar o remetente), permitindo o registo da data/hora da receção do trabalho pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.
 - i. Não são considerados os documentos que deem entrada na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis depois do prazo limite para receção dos trabalhos, ainda que os mesmos tenham sido expedidos com antecedência, sendo o concorrente o único responsável por atrasos ou extravios que eventualmente se verifiquem.
 - ii. A data considerada para efeitos de cumprimento do prazo estipulado no n.º 1 é a do registo.
 - iii. Não serão aceites trabalhos de conceção enviados através de serviços postais cujos portes e/ou fretes alfandegários se encontrem por liquidar.
 - iv. No «INVÓLUCRO EXTERIOR» deverá constar apenas a identificação do destinatário, de acordo com o esquema apresentado:





TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

DESTINATÁRIO: Júri do “Concurso de Conceção para a *criação do Parque Fluvial 365 e para requalificação dos edifícios contíguos, anexos e da envolvente da Estação de Caminho de Ferro de Oliveira de Azeméis – Lote “(identificar o lote a que respeita)”*”

Município de Oliveira de Azeméis

Largo da República

3720-240 Oliveira de Azeméis

ARTIGO 15º (IDIOMA)

Todos os documentos que materializam os trabalhos de Conceção devem ser redigidos em Português ou, não o sendo, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

ARTIGO 16º (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO)

1. A seleção dos trabalhos de conceção é realizada, por lote, de acordo com os seguintes fatores de avaliação:

- a) Qualidade da solução técnica proposta (QST) – 60 %;
- b) Exequibilidade técnica / financeira da solução (ETF) – 40%

2. O fator de avaliação QST compreende ainda os seguintes subfactores:

- a) Integração na envolvente e valorização das componentes funcionais e paisagísticas – 50%
 - i. Integração e articulação do equipamento com a envolvente;
 - ii. Relação do do equipamento, com a envolvente/edificado/construções existentes;
 - iii. Originalidade, atratividade, inovação e pertinência global da solução programática e conceptual proposta, expressa como uma mais-valia para a freguesia e para o concelho, tendo em conta a importância da área em estudo.





Câmara Municipal

TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

b) Adequabilidade ao programa funcional – 35%

- i. Grau de funcionalidade;
- ii. Resposta ao Programa Preliminar proposto;
- iii. Adequação à mobilidade, à acessibilidade e à inclusão;
- iv. Capacidade de articulação e de polivalência dos espaços projetados;
- v. Fluidez da circulação e mobilidade no empreendimento e a sua relação com o exterior.

c) Multifuncionalidade intrínseca da solução – 15%

- i. Adaptação da solução proposta que permita um conjunto de respostas diversificadas integradas que possibilitem a dinamização económica e social dos equipamentos e da sua envolvente.

3. O fator de avaliação ETF compreende ainda os seguintes subfactores:

a) Exequibilidade técnica / financeira da solução – 50%

- i. Adequação das soluções construtivas propostas para o equipamento, para o enquadramento com o espaço envolvente e ao valor global previsto para a sua construção;
- ii. Adequação dos sistemas construtivos e dos materiais propostos;
- iii. Avaliação do faseamento da intervenção física e financeira;
- iv. Explicitação da racionalidade das soluções construtivas, face às exigências funcionais de segurança, habitabilidade/utilização e durabilidade;
- v. Referência à estratégia relativa ao comportamento e eficiência energética e adaptação climática.

b) Racionalidade das soluções construtivas e seu equilíbrio funcional/estético/económico – 50%

- i. Explicitação da racionalidade das soluções construtivas e das soluções técnicas preconizadas pelas especialidades intervenientes na elaboração da proposta;



TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

ii. Relação do custo da intervenção com as soluções de eficiência energética e adaptação climática;

iii. Valorização ambiental por parte dos materiais e soluções construtivas adotadas.

4. Os subfactores serão pontuados de 1 a 5, seguindo a seguinte norma:

Qualidade e Exequibilidade técnica / financeira da solução	Escala de avaliação	Pontos
A solução apresentada responde com excelência ao critério	Muito Bom	5
A solução apresentada responde bem ao critério	Bom	4
A solução apresentada responde suficientemente ao critério	Suficiente	3
A solução apresentada não responde adequadamente ao critério	Insuficiente	2
A solução apresentada não responde minimamente ao critério	Não cumpre	1

5. Classificação de subfactores:

5.1. O fator de avaliação QST compreende os seguintes subfactores:

- a) Integração na Envolvente e valorização das componentes funcionais e paisagísticas – 50%
- b) Adequabilidade ao programa funcional – 35%
- c) Multifuncionalidade intrínseca da solução – 15%

$$\text{Sendo então } \underline{\mathbf{QST = \sum(a) \times 0.50 + \sum(b) \times 0.35 + \sum(c) \times 0.15}}$$

5.2. O fator de avaliação ETF compreende os seguintes subfactores:

- a) Viabilidade técnica / financeira da solução – 50%
- b) Racionalidade das Soluções Construtivas e seu equilíbrio no triângulo funcional/estético/económico – 50%

$$\text{Sendo então } \underline{\mathbf{ETF = \sum(a) \times 0.50 + \sum(b) \times 0.50}}$$

6. Classificação Final - A proposta de conceção selecionada será, então, aquela que obtiver a maior pontuação que será calculada através da soma ponderada das classificações obtidas em



TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

cada um dos fatores, de acordo com a seguinte fórmula, com uma aproximação a duas casas decimais.

$$\text{Cf} = 0,6 \times \text{QST} + 0,4 \times \text{ETF em que, Cf} = \text{Classificação Final}$$

ARTIGO 17º (APRECIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCEÇÃO)

1. O Júri avaliará cada um dos trabalhos apresentados a concurso, com base nos critérios de seleção definidos, devendo as suas apreciações e respetivas fundamentações constar das atas das reuniões em que tenham lugar ou do Relatório Final.
2. Não existe limitação relativamente ao n.º máximo de lotes a adjudicar a cada concorrente, ou seja, todos os lotes podem ser objeto de adjudicação a um mesmo concorrente, sempre em respeito pelos critérios de seleção definidos no ponto anterior.
3. Em caso de empate prevalece a avaliação do fator definido na alínea a), do n.º 1, do artigo 16º, sendo observada a avaliação dos respetivos subfactores pela ordem definida no ponto 2 do artigo já referido.
4. Não são admitidas classificações *ex aequo*, exceto, e caso o Júri assim o delibere, nos casos em que o número de propostas apresentadas a concurso exceda as dez, e apenas a partir do décimo primeiro classificado.
5. O júri pode fazer pedidos de esclarecimento aos concorrentes sobre os seus trabalhos de conceção, destinados a aferir o cumprimento dos termos de referência, a adequação ou exequibilidade das soluções propostas, sob total anonimato, nos termos do n.º 4, do artigo 219º-F, do CCP.
6. O Júri elabora um Relatório Final, assinado por todos os seus membros, no qual deve indicar, fundamentadamente:
 - a) A ordenação dos trabalhos de conceção apresentados, de acordo com os critérios de seleção;
 - b) A exclusão dos trabalhos de conceção em que, designadamente:





TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

- i. Os invólucros tenham sido apresentados após o termo do prazo fixado;
 - ii. Os documentos que os materializam, ou os invólucros referidos no artigo 11º, contenham qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o concorrente;
 - iii. Não observem o previsto no Programa Preliminar ^(Anexo I).
7. O Júri pode ainda propor a exclusão do trabalho de conceção por inobservância de qualquer das normas previstas nestes Termos de Referência.
8. Do Relatório Final deverá constar a fundamentação da avaliação e a ordenação de todos os trabalhos e ainda quaisquer reflexões e recomendações que o Júri entenda formular, para o futuro desenvolvimento do projeto classificado em primeiro lugar, assim como dos dois seguintes.
9. O júri do concurso só pode tomar conhecimento da identidade dos concorrentes depois de integralmente cumprido o disposto no número anterior.

ARTIGO 18º (PRÉMIOS)

1. Ao concorrente sobre cujo trabalho de conceção recaia a decisão de seleção é atribuído um prémio de consagração, no valor de €10.000,00 (dez mil euros) para o lote 1 e € 5 000.00 (cinco mil euros) para o lote 2.
2. O Júri do Concurso poderá ainda propor a atribuição de duas Menções Honrosas de carácter não pecuniário, aos concorrentes cujo trabalho tenha sido classificado em 2º e 3º lugar.
3. A atribuição do prémio previsto no n.º 1 do presente artigo depende da comprovação das habilitações profissionais do concorrente, conforme disposto no artigo 20º.
4. O prémio correspondente poderá ser pago pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, em Cerimónia Pública, a realizar em data e local a designar, que deverá ocorrer no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a notificação da decisão de seleção.

ARTIGO 19º (DECISÃO DE SELEÇÃO)

1. O relatório do Júri será submetido a decisão de seleção do órgão competente para a decisão de contratar, que selecionará 1 (um) trabalho de conceção, por lote (podendo a decisão recair sobre o





TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

mesmo concorrente), de acordo com o teor e as conclusões do Relatório Final, designadamente com as deliberações vinculativas tomadas pelo júri, e procede à atribuição dos prémios previstos no artigo 18º.

2. Todos os concorrentes serão notificados, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, da decisão de seleção e atribuição do prémio da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

ARTIGO 20º (HABILITAÇÕES)

1. O concorrente sobre cujo trabalho recaia a decisão de seleção deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação prevista no artigo anterior, os seguintes documentos:

a) Documento comprovativo das suas habilitações profissionais, no qual seja demonstrado o cumprimento do estipulado no artigo 8º, sob pena de caducidade da decisão de seleção do respetivo trabalho, conforme previsto no artigo 219-I do CCP;

b) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo V aos presentes termos de referência.

c) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP;

d) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP;

e) Documentos para comprovação de que os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da entidade, que se encontrem em efetividade de funções, não foram condenados por sentença transitada em julgado por alguns dos crimes mencionados nas alíneas b) e h), do artigo 55.º, do C.C.P., sendo suficiente o envio de certificado do registo criminal da entidade e de cada um dos elementos dos corpos sociais da entidade.

f) Declaração de início de atividade, no caso de se tratar de pessoa em nome individual.





TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

g) Cópia da certidão do registo comercial, ou o código de acesso à certidão permanente, ou cópia da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.

2. No caso de a decisão de seleção recair sobre um trabalho de conceção apresentado por um agrupamento de entidades singulares ou coletivas, cada uma das entidades deve comprovar os requisitos constantes do artigo 8º, de acordo com o disposto no artigo 6º, da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, sob pena de caducidade da decisão de seleção do trabalho de concessão apresentado pelo agrupamento.

3. No caso de caducidade da decisão de seleção, em resultado do incumprimento do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar seleciona o trabalho de conceção ordenado em lugar subsequente, havendo lugar à revisão da atribuição do Prémio previsto no artigo seguinte.

4. A comprovação das habilitações profissionais, de acordo com o disposto no n.º 1, será também exigida aos concorrentes cujos trabalhos de conceção tenham recebido Menções Honrosas.

ARTIGO 21º (DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS)

1. A decisão de seleção dos trabalhos de concessão e de atribuição de prémios, assim como o Relatório Final do Júri serão divulgados depois de comprovadas as habilitações profissionais dos concorrentes selecionados e premiados, na plataforma eletrónica www.acingov.pt.

2. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis poderá promover uma exposição pública dos trabalhos, na qual estarão patentes os painéis dos trabalhos hierarquizados, ou selecionados pelo Júri, a decorrer nas datas e local a definir.

3. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis ressalva o direito de proceder à divulgação dos trabalhos selecionados através dos seus canais de comunicação, redes sociais e parcerias com meios de comunicação social estabelecidas para o efeito, sempre com referência explícita e visível às respetivas autoridades.





TERMOS DE REFERÊNCIA – Concurso de Conceção na modalidade de Concurso Público

ARTIGO 22º (DIREITOS DE AUTOR)

1. O trabalho selecionado (por lote) que vier a ser objeto de adjudicação em sede de Ajuste Direto passará a constituir propriedade patrimonial da entidade adjudicante, sem prejuízo dos direitos de natureza pessoal do(s) seu(s) autor(es), conforme o disposto no n.º 3 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março.
2. A propriedade dos restantes trabalhos, mantém-se na esfera dos respetivos autores, não podendo aqueles serem usados pela entidade adjudicante para publicação ou qualquer outro fim, sem a sua expressa autorização, à exceção das situações previstas no artigo anterior, para as quais a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis se encontra desde já autorizada.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, com a participação no presente concurso, os concorrentes, cujos trabalhos venham a ser hierarquizados, desde já autorizam a entidade adjudicante à inclusão dos seus trabalhos nas exposições pública e online a promover.

ARTIGO 23º (INDEMNIZAÇÕES)

1. Caso a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis proceda à anulação do concurso após a receção dos trabalhos e antes de concluído o trabalho do Júri, será devida, mediante requerimento, uma indemnização a cada um dos concorrentes com propostas admitidas, de montante equivalente ao quociente do valor do prémio pelo número de concorrentes admitidos.
2. Caso a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis proceda à anulação do Concurso antes da notificação da decisão de seleção, mas depois de concluído o trabalho do Júri, haverá lugar ao pagamento do prémio em face da hierarquização estipulada.
3. No caso de dano ou extravio de alguns dos suportes materiais dos trabalhos, durante o período compreendido entre a decisão do Júri e a data em que cessa a responsabilidade de depósito da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, conforme definido no nº 3 do artigo anterior, será devida, mediante requerimento, uma indemnização calculada em função dos custos de produção do respetivo documento, até ao limite de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros).

